

A intenção é reverter a situação vivida nos últimos anos, diz Gros

por Cecília Costa
do Rio

A transferência líquida de recursos para o exterior acabou. Os credores internacionais do País tem de financiar o desenvolvimento brasileiro, pois só assim conseguirão que a dívida externa, um dia, seja paga. Por isso, se em determinado ano o Brasil enviar liquidamente para o exterior 2,5% do Produto Interno Bruto (cerca de US\$ 8 bilhões, cifra máxima aceita pelo governo), terá de receber de volta US\$ 10 bilhões, US\$ 12 bilhões ou US\$ 15 bilhões.

Esse é o princípio básico na negociação externa, desde que o Brasil suspendeu o pagamento dos juros, disse sexta-feira o presidente do Banco Central, Francisco André Gros, tendo informado que, a partir do dia 21 de fevereiro, já deixaram de ser pagos cerca de US\$ 550 milhões.

A idéia, portanto, é reverter a situação vivida nos últimos anos: em vez de saída líquida de recursos, tem de haver entrada líquida. "Não podemos continuar, como ocorreu nos últimos dois anos, enviando US\$ 24 bilhões de pagamentos de juros e outros encargos e só recebendo de volta US\$ 2 bilhões. Nosso objetivo é o crescimento econômico e, para isso, além de recursos internos, queremos contar com recursos externos", afirmou Gros.

PAÍS TEM PROPOSTA

Como esse objetivo será atingido é uma questão, comentou o presidente do BC, que será negociada com os bancos e governos credores. "O Brasil está aberto. Tudo pode ser conversado, desde carência no pagamento de juros e principal, capitalização de juros (a capitalização só do principal não interessa) até conversão de juros em capital de risco, idéia muito atraente", afirmou. "Agora, se houver, porém, impasse nessas negociações, o Brasil tem uma proposta quanto aos mecanismos a serem adotados para reduzir os pagamentos de juros e obter a entrada líquida de recursos", disse o presidente do Banco Central.

Entre esses mecanismos, não está "o dinheiro novo". "Quando falamos em entrada de recursos para financiar o desenvolvimento", disse Gros, "não nos referimos a dinheiro novo. Dinheiro novo, na realidade, é dinheiro velho, que entra e sai. Queremos novos empréstimos apenas se forem concedidos a taxas de juros abaixo do mercado, porque não queremos contrair mais dívida, para pagar a dívida antiga."

Enquanto as negociações perdurarem, comentou ainda Gros, o certo é que o País só fará o que for possível ser feito, não colocando em risco as reservas disponíveis. Não pagará juros, conseqüentemente, apenas para evitar que os



Francisco Gros

bancos declarem em seus balanços os juros não pagos como "não produtivos" (non-performing), destacou. E também não se pretende mais adotar medidas recessivas com o intuito de gerar elevados superávits comerciais e se manter em dia no exterior. "A responsabilidade da dívida e nossa é de nossos credores. Não há por que colocar um torniquete na economia brasileira para honrar a dívida. Foi isso o que explicamos em nossa viagem — eu e o ministro Funaro. Não fomos aplaudidos, é claro, mas creio que fomos entendidos", considerou.

CITIBANK

Adotar uma postura mais dura na negociação não é, porém, admitiu Gros, uma tarefa fácil. No momento atual, "tanto o governo brasileiro quanto o mercado financeiro internacional vivem um clima de nervosismo". Mal-entendidos, conforme assinalou, ainda por cima, aumentam o nervoso, sendo necessário estar conversando sempre.

Entre os fatos que geraram tensão, o presidente do BC citou o que houve na sexta-feira com o Citibank. "As notícias sobre o Citibank nos deixaram nervosos e fomos verificar do que se tratava. Felizmente era um fato normal no mercado", comentou.

Explicou que sempre que um banco faz emissão de títulos de dívida, nos EUA, a Securities Exchange Commission exige que se faça um panfleto detalhando o balanço e a situação patrimonial. Nesse panfleto foi que o Citibank comentou que haveria a possibilidade de que os juros da dívida brasileira fossem declarados "não produtivos", fato, portanto, que poderá vir a ocorrer, mas que ainda não ocorreu.

Como bancos internacionais, governos credores e Brasil estão no mesmo barco — ou seja, "o problema brasileiro é também problema dos bancos e governos credores" —, Francisco Gros não crê que o País encontrará dificuldades no dia 31 de março. "As linhas interbancárias e comerciais de curto prazo serão renovadas", afirmou, "porque se o País não exportar, aí é que não pagará mesmo os juros".